



LETRADOS E VOTADOS:

lógicas cruzadas do engajamento
político no Brasil*

Eliana Tavares dos Reis**

Igor Gastal Grill***

RESUMO

O artigo trata dos processos de afirmação de especialistas na arena política e de redefinição das formas de intervenção no espaço do poder em dois estados brasileiros (Rio Grande do Sul e Maranhão), atentando para as estratégias de apropriação, formulação, disputa e afirmação de concepções de política e de cultura em cada um dos contextos. Para tanto, lança-se mão de trajetórias exemplares de agentes que desenvolveram carreiras políticas nas últimas décadas fundadas no reconhecimento adquirido como intelectuais; no uso dos títulos escolares; na produção de textos de gêneros variados (ensaios, literatura, poesia, artigos jornalísticos, etc.); na concorrência como empreendedores simultaneamente no mercado eleitoral e cultural; e na associação com “famílias de políticos”. A partir disso são explorados padrões regionais semelhantes de engajamento

* Texto originalmente apresentado na 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil. Agradecemos os comentários da debatedora do trabalho Virgínia Vecchioli.

** Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão. eliana1reis@terra.com.br.

*** Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão. igorgrill@terra.com.br.

político pautado por lógicas multidimensionais e imbricadas que caracterizam as dinâmicas periféricas. São ressaltadas ainda as especificidades, especialmente no que tange às inserções e repertórios de mobilização preponderantes em cada configuração que se traduzem no trabalho de fixação de papéis de porta-vozes de “causas”, de mediadores entre dimensões da vida social e de intérpretes da história local. A pesquisa se ampara em análises de entrevistas em profundidade e de dados biográficos de um conjunto de agentes que se especializaram na ocupação de cargos eletivos e centralizaram cadeias de líderes-seguidores no âmbito político.

Palavras-Chave: engajamento, militância, elite política, profissionalização política, trajetórias

APRESENTAÇÃO

A estratégia adotada neste texto é a de tratar do *cursus honorum* tido como mais “clássico” ou “tradicional” de engajamento político para demonstrar sua relação com processos de redefinição de práticas e concepções de atuação política. São, então, examinados itinerários de agentes oriundos de “famílias de políticos”, com participação em movimentos estudantis, portadores de formação jurídica, que ingressaram nas disputas partidárias e eleitorais ainda jovens, que desfrutaram do reconhecimento como intelectuais nos seus cenários de atuação e que ocuparam cargos políticos nas duas últimas décadas, a partir de dois estados brasileiros: Rio Grande do Sul e Maranhão.

A perspectiva comparada é inevitavelmente assumida em dois níveis de análise: em um, o confronto se dá entre conjunturas históricas e contextos regionais contrastantes; e, no outro, o cotejamento é entre carreiras políticas e profissionais heterogêneas, porém, como foi mencionado acima, com características similares significativas. Esse procedimento é pertinente, sobretudo, porque permite relativizar possíveis pré-noções que se constituem nos principais obstáculos ao trabalho sociológico e, por esse intermédio, fortalecer a verificação de regularidades, discrepâncias e especificidades das e entre as trajetórias dos agentes, bem como das e entre as configurações regionais.

Ao abordar a questão do engajamento político a partir de trajetórias de agentes que se especializaram em carreiras político-eleitorais em contextos duplamente periféricos, já que se trata de um país situado na periferia e, mais particularmente, de estados da federação que não são centrais, é possível discutir alguns aspectos concernentes à idéia de *militantismo*. Trata-se, particularmente, de refletir sobre as potencialidades de alguns esquemas de análise em voga nas Ciências Sociais, sobre as suas apropriações por pesquisadores brasileiros e sobre algumas especificidades presentes em situações como as aqui analisadas.

Além da dedicação às carreiras de cargos eletivos (“votados”) e públicos, os agentes em pauta privilegiam modalidades de intervenção política associadas ao reconhecimento desfrutado como “intelectuais” nos estados nos quais atuam (“letrados”). Mais precisamente, eles se notabilizaram antes e durante o exercício dos mandatos por uma variedade de formas de expressão associadas ao domínio, ao contato e ao uso da palavra escrita.

A produção escrita é uma forma de intervenção por excelência que sistematiza/manifesta/registra o conjunto de sentidos/interpretações atribuído pelo seu produtor a dadas matérias, objetos e circunstâncias em oposição a outros tantos possíveis em determinados contextos e situações. A despeito das recepções infinitas e dos objetivos racionalizados do ato de comunicação, segue-se a idéia de que a disposição e disponibilidade para oferecer uma obra, uma análise, um poema, uma composição, etc., revelam a detenção ou estratégia de aquisição de *signos de riqueza e de autoridade* delegada e/ou pessoal (Bourdieu, 1996a, p. 89).

O exame de itinerários de lideranças políticas permite, pois, apreender os recursos utilizados e os investimentos efetuados com vistas à acumulação de instrumentos legítimos de expressão que, por sua vez, incidem na conformação do reconhecimento dos agentes como “intelectuais”.

Tomando-se especificamente a produção literária, poder-se-ia supor imediatamente sua distância (a não ser quando opostamente declarado) das “realizações políticas” propriamente ditas. Para uma dinâmica de relativa autonomia entre o campo literário e o campo político, tal distância poderia ser ponderada pela existência de “complementaridades, superposição e eventualmente defasagens distintivas entre o *métier* políti-

co e o *métier* de escritura” (Le Bart, 1998, p. 77). E, para essas configurações, a distinção de *posturas* (relação com a escrita) pode, inclusive, ser reveladora: numa extremidade a ruptura radical daqueles (“homens políticos”) que nunca escrevem e acabam, assim, endossando as clivagens “ação/reflexão”, “prática/teoria” e, conseqüentemente, a separação dos campos e suas competências; na outra extremidade, novamente uma ruptura, agora inversa, ou seja, em que a escrita implicaria num *desinteresse estetizante* que estabeleceria o corte definitivo com a “pretensão de agir sobre o mundo social que subentende toda a atividade política” (Le Bart, 1998, p. 78); e, entre elas, a postura intermediária seria aquela que Barthes chamou de *écrivance*, definindo-a como o projeto transitivo de escrever para “dizer alguma coisa, de informar, de convencer” e no qual “a palavra suporta um fazer”, por isso, é compatível com a atuação política (Le Bart, 1998, p. 78).

No entanto, em se tratando de agentes que, de modo mais ou menos intenso e sistemático, ao longo dos seus trajetos produziram ou produzem textos de gêneros diversos e com lógicas, estratégias, inserções e reconhecimentos amalgamados, importa questionar sobre a interferência desses investimentos no desdobramento das carreiras e se esses se constituem numa raridade distintiva ou num modo de exercício indiscernível e habitual da atividade política. Sendo assim, seria pouco útil determinar tipos ou *posturas* nas relações estabelecidas com a escrita, mas é imprescindível buscar os princípios subjacentes às práticas levadas a cabo por agentes que se consagram pelo ato de escrever¹.

¹ Pode-se recorrer a Bourdieu (1996b) e aos fatores que apontam para maior autonomização dos campos de produção cultural na França, isto é: 1) quando os princípios de hierarquização externos estão submetidos aos princípios de hierarquização internos aos campos; 2) quando se formam subcampos de produtores voltados para os pares ou para o grande público entre os quais os primeiros são simbolicamente dominantes; 3) impõe-se a necessidade de retradução ou refração das demandas externas ou heterônomas em obediência às regras, lógicas e linguagens do próprio campo. Em contraposição, em situações periféricas, como mostra Sigal (2002), há maior dependência de instâncias de consagração externas (centros metropolitanos e espaço do poder político), há vulnerabilidade e fragilidade das instituições culturais em relação ao poder político e aos interesses privados e há supremacia das lógicas políticas sobre os debates intelectuais. Fixa-se, assim, um espaço de lutas (chamados pela autora de campos culturais periféricos) em que coabitam militantes apoiados em saberes socialmente reconhecidos (dimensão letrada dos militantes) e intelectuais que assumem papéis políticos (a dimensão ideológica dos letrados).

Os agentes lançaram-se em múltiplas modalidades de produção escrita como poesia, contos, ensaios, artigos jornalísticos, trabalhos acadêmicos, composições musicais, entre outros, que explicitam tomadas de posição sobre história, cultura e política nas diferentes acepções. Nos contextos em pauta, nem escrever é uma novidade para aqueles que exercem atividades políticas, tampouco intervirem em domínios políticos é uma novidade para os que se dedicam às atividades de escritura. Mais do que isso, são os mesmos protagonistas agindo em jornais, revistas, editoras, organizações e partidos, se inserindo em meios diferenciados de socialização e sociabilidades, estabelecendo relações dinâmicas, afetivas e sociais, conectados por laços interpessoais.

Os casos examinados fazem parte de dois estudos mais amplos realizados pelos autores. Uma investigação centrada em protagonistas da contestação à “ditadura militar” e seus destinos sociais em termos de engajamentos e militâncias (Reis, 2007, 2008a), na qual o padrão de especialização político-eleitoral (militantes que se profissionalizaram na ocupação de cargos eletivos) foi evidenciado como sendo uma das modalidades possíveis de carreiras seguidas pelos agentes. E uma pesquisa sobre origens sociais, carreiras de cargos políticos e concepções acerca da política entre deputados federais do Rio Grande do Sul e do Maranhão no período 1945-2008 (Grill, 2007, 2008a, 2008b).

Em primeiro lugar, a opção feita para o presente trabalho se justifica porque permite examinar os usos das origens sociais entre especialistas da política. Especialmente, porque as inserções prévias e simultâneas às carreiras políticas e aos engajamentos em distintas dimensões da vida social conformam recursos para a entrada, a ascensão e a permanência dos agentes no espaço político. Isso sem deixar de focar como a ativação de tais recursos se relaciona (ou não) ao processo de constituição e transformações do espaço político como domínio especializado, marcado pela separação entre *profissionais* e *profanos*, ocupado por agentes que dedicam grande parte do seu tempo à atividade política e que compartilham crenças, representações e interesses próprios (Offerlé, 1999).

A análise também recai sobre a intersecção entre universos militantes oficialmente, publicamente e coletivamente apresentados como “desinteressados” (Gaxie, 2005) e um universo profissionalizado, mas no qual o

exercício das funções é concebido sob as lógicas da “vocação”, do “serviç o” e da “arte” (Offerlé, 1999). Levando em conta que uma das principais retribuições alcançadas por meio das inserções militantes e dos trunfos que permitem acumular² é a ocupação de cargos políticos.

Ademais, o olhar direciona-se para a gama de domínios e modalidades de intervenção como “espaços de formação e socialização, de aprendizagem de papéis, disposições e *savoir-faire* que estão na base das formas cotidianas das funções de representação eletivas e de realização de uma carreira política” (Offerlé, 1999, p. 9)³.

Duas espécies de recursos são destacadas por autores como Bourdieu (1989), Offerlé (1997), Gaxie (1993), Collovald (1985), Gaxie e Offerlé (1985) e nos vários estudos desenvolvidos tomando os mesmos parâmetros de análise. A saber: 1) a notoriedade advinda da intervenção como intelectual apoiada em títulos escolares, na reputação profissional, na dedicação às “causas”, em um “nome de f milia” e no capital de relações sociais, herdado e adquirido; 2) e a investidura partidária alicerçada no investimento precoce em campanhas eleitorais de familiares, na “militância” em movimentos estudantis, no pertencimento a determinadas siglas e na administração de redes de relações no interior das mesmas.

Em segundo lugar, a escolha do recorte adotado neste trabalho é pertinente porque viabiliza a compreensão das ligações existentes entre modalidades de “militâncias”, ativação de determinados trunfos, mobilização de repertórios de intervenção política e intelectual, e outros condicionantes intervenientes para o desempenho de “papéis políticos”. So-

² Segundo Gaxie (1977, 2005) o *militantisme* gera vantagens, prazeres, benefícios, etc. que se constituem em retribuições que os militantes extraem da sua dedicação. Entre elas, o autor grifa a satisfação de defender uma causa, os ganhos materiais (como cargos remunerados nas organizações partidárias e governos) e as gratificações simbólicas (reconhecimento dos demais militantes, sentimento de pertencer a um círculo de relações, autoestima gerada pelos instrumentos conquistados de compreensão e intervenção no mundo) retirados desse investimento.

³ Tal agenda de questões aparece em importantes trabalhos produzidos recentemente na ciência política francesa sobre o que os autores denominam de profissão política e de *métier* político. Para um balanço das potencialidades das perspectivas de análise, as especificidades e complementaridade entre as abordagens, ver, além de Offerlé (1999), Lagroye (1994), Briquet (1994) e Garraud (1993).

bretudo, pode-se apreender a influência das transformações em questão e seus efeitos no debate sobre engajamentos e “militantismos” nos universos investigados.

O crescente processo de profissionalização das carreiras políticas e de desenvolvimento de novas tecnologias se refletiu na (e pode-se dizer que, no mesmo golpe, são o reflexo da) reconfiguração dos registros e das competências legítimas para o exercício e para a ascensão política. Forjam-se, assim, os chamados “recursos de expertise” ou “tecnocráticos” (Dulong, 1996; Verrier, 2002, 2006). Paralelamente, e não sem vinculação, se constitui uma dinâmica convergente e conjunta de transformações “globais” nos espaços de inscrição proclamados como militantes, bem como emergem e proliferam “causas” tidas como legítimas e agentes com determinadas propriedades sociais se afirmam como seus “porta-vozes qualificados”.

Esses aspectos contribuíram para a elaboração de uma idéia de que, atualmente, a “política se limita a uma mecânica abstrata de poderes institucionais” (Ravenel, 1999). E esse argumento é comumente acionado para justificar as novas modalidades de intervenção, as novas bandeiras, os seus intérpretes e, por que não dizer, os objetos de estudos privilegiados por cientistas sociais. E um dos sintomas disso pode ser constatado na distinção (eventualmente explicitada, quase sempre naturalizada) entre “militantismos clássicos” (vinculado à adesão aos partidos de esquerda e a sindicatos) e “novos militantismos” (referentes às ONGS, “altermundialismos”, associações ecológicas, solidárias, “médicos sem fronteiras”, “redes de movimentos sociais”, etc.)⁴. Sendo que, não raro, há uma forte propensão à consagração desses últimos movimentos e de seus atores justamente por esse caráter de “novidade”. Ainda que justificável nas competições por afirmação nos espaços de intervenção, é pre-

⁴ Discutindo o “fenômeno associativo”, Siméant (2003, p. 165) sublinhou que a “forte valorização sociológica e política das associações” e a “depreciação da política profissional e do militantismo antigo” pode levar à ossificação da “oposição entre participações política e associativa”, favorecendo uma “teoria implícita dos ‘vasos comunicantes’ para a qual o declínio do militantismo partidário é diretamente correlato ao impulso de um militantismo associativo pensado como alternativa a esse último”.

ciso atentar que se trata isto sim do uso do “novo” acionado como recurso de luta para a legitimação tanto de repertórios de ação que os agentes adotam como deles próprios como seus intérpretes.

Desqualificar o passado, o “velho militantismo” (“defasado”, “rotineiro”, “tradicional”...), e celebrar o “presente” (“moderno”, “múltiplo”, “competente”...). Esse é um trabalho não necessariamente manifestado e racionalizado de desconstrução que obstaculiza, para os cientistas sociais, a atenção que deve ser dedicada aos processos de construção que resultam em “novos fenômenos”, nem sempre conduzida por “novos militantes”, mas sempre com novos (e não inéditos) repertórios de ação⁵. Nesse caso, antes que uma “ruptura temporal e moral” entre o “ontem” e o “hoje”, a “novidade” deve ser buscada em todas as conexões possíveis entre “a situação anterior e a atual e tudo o que é ‘misto’, híbrido, incerto, como os deslocamentos de um universo a outro, as reconversões ou as mobilizações” (Collovald, 2001, p. 137). E, assim, é possível observar quais e como determinados aspectos das inserções diferenciadas (partidárias, sindicais, associativas...) se relacionam, ao mesmo tempo, com processos mais amplos, nos quais princípios de legitimação das práticas são confrontados com processos de redefinição das formas de fazer e de conceber o “político” ou a “política”.

No caso francês, há todo um processo confluyente de inserção prática e de racionalização, inclusive sociológica, dos “militantismes”, que permite que os pesquisadores falem de um campo ou de campos do “militantisme” com uma dinâmica específica. O que lhes possibilita apurar determinadas práticas e representações nos âmbitos de organizações ou de associações estabelecidas ou mesmo de verificar a saída ou o “desengajamento” de agentes que a elas podem pertencer⁶. Todavia, isso está diretamente associado ao vocabulário da sociedade francesa, a uma dinâmica histórica de descolamento das esferas sociais e de desenvolvi-

⁵ Parte do processo de *politização* por meio do qual os agentes agem para requalificar as atividades sociais modificando a ordem política, seus objetos de lutas, suas práticas e repertórios legítimos (Lagroye, 2002, p. 371).

⁶ Ver trabalhos reunidos em Fillieule (2005).

mento das ciências sociais naquele país⁷. Para aquele contexto há pesquisas que atentam para fenômenos de “hibridação”, “contrabandos” ou “usos cruzados” de registros e lógicas entre universos *savants* e universos *militants* (Gaïti, 2002; Siméant, 2002; Matonti & Poupeau, 2007). Entretanto, a análise de situações como a brasileira requer a transposição de um dos principais obstáculos sociológicos relacionados à utilização de modelos e instrumentos de análise forjados nessas *dinâmicas centrais*.

A dificuldade consiste em evitar a tendência ao raciocínio analógico (sem controle) em detrimento da construção de ferramentas analíticas apropriadas, uma vez que a afirmação nos meios políticos e intelectuais nos casos examinados é condicionada pelo trânsito, recursos e reconhecimentos adquiridos nas múltiplas e indissociadas arenas de inserção. Mais do que isso, os agentes podem mobilizar seus trunfos diversos, combinar e acionar lógicas variadas em espaços de concorrência distintos sem maiores prejuízos do valor potencial dos mesmos (Coradini, 1998; Pécaut, 1990). Consequentemente, o montante de recursos detidos e o arranjo das lógicas ativadas podem garantir a ocupação de posições similares nos diferentes *sites de inscrição* priorizados, ou ao menos a circulação entre eles sem grandes exigências de *reconversões*.

Conjuga-se a isso a constatação de que o engajamento em diferentes esferas de militância e de mediação social, política e cultural favorece e é favorecida pela acumulação de um capital de relações sociais (não raro acrescidos àqueles de origem familiar) que, por um lado, coopera para a conquista de posições no domínio profissional e político-partidário, e, por outro lado, colabora também para o trânsito no plano nacional e internacional dos agentes (Coradini, 2004).

Situações que parecem similares podem ser bastante diferentes. Dizer que na França “o multiposicionamento em campos distintos permite mobilizar recursos intelectuais no universo militante e evocar experiências militantes na produção das lutas intelectuais” (Gaxie, 2005, p. 163) aparenta familiaridade com o caso brasileiro. Contudo, isso é significati-

⁷ Sobre esse processo de descolamento das esferas, ver Bourdieu (1984), Charle (1990), entre outros.

vamente distinto de sustentar que no Brasil a complexidade das relações entre as dimensões da política e da intelectualidade se deve a não constituição de campos ou à “inexistência de uma justaposição entre um campo intelectual, regido por suas próprias modalidades institucionais de legitimação, e um campo político igualmente submetido a outras modalidades de legitimação” (Pécaut, 1990, p. 89). Sem falar que não há interferências mútuas, e sim uma configuração em que “todas as estratégias individuais se colocam sobre os dois registros [intelectual e político]” (Pécaut, 1990, p. 89).

Assim sendo, as problemáticas que orientaram os estudos específicos (Reis, 2007 e Grill, 2008a) são tributárias das investigações sobre profissionalização política e “militantismo” na França e do diálogo com pesquisas que evidenciaram a forte heteronomia das dimensões política e intelectual nas dinâmicas chamadas periféricas (Pécaut, 1990; Saint Martin, 1988; Anjos, 1998; Sigal, 2002; Coradini, 1998, 2002, 2003, 2004, entre outros). Esses trabalhos foram desenvolvidos a partir da comparação com dinâmicas centrais marcadas por processos históricos de autonomização das esferas sociais.

Posto isso, o esforço reside em utilizar os casos analisados adiante para compreendê-los no bojo dos processos de *politização* que abrangem múltiplas dimensões da vida social e que são condicionados por registros, lógicas e recursos marcados pela multidimensionalidade. Apesar do caráter polissêmico da categoria *politização*, é possível distinguir, grosso modo, três vias de emprego ou de apreensão: 1) referindo-se ao processo histórico de constituição de uma dimensão específica e especializada da vida social para a definição e o exercício da atividade política; 2) condizente com os investimentos para a aquisição (aprendizado, socialização, “conscientização”...) de um “interesse” e para a detenção de “saberes” (informações, posicionamentos, vocabulário...) sobre a política, geralmente traduzidos no princípio da “participação”; 3) e a *politização* informando ainda o trabalho incessante pela (re)definição de problemáticas, atividades, modalidades de intervenção, espaços, objetos e objetivos variados como “políticos”: é a *politização* da vida social. Acredita-se que os itinerários apresentados a seguir demonstram a articulação indissociável entre esses três níveis de análise.

ITINERÁRIOS EXEMPLARES: Tarso Genro, Flávio Dino, José Fogaça e Joaquim Haickel

Tarso Fernando Herz Genro (Tarso Genro) nasceu em 1947 no município de São Borja no Rio Grande do Sul (RS). Segundo a “história familiar” difundida por meio do livro escrito por seu pai, Adelmo Genro (1983), seriam descendentes do mascate português Joaquim da Silva Dias, que se fixou na cidade de Santiago (RS) na primeira metade do século XIX e, a partir de dois casamentos sucessivos com as filhas de um grande proprietário de terras⁸, concentrou relativo patrimônio econômico naquela localidade, tornando-se proprietário de uma sesmaria. O pai de Adelmo Genro, neto de Joaquim da Silva Dias, teria negociado suas terras e perdido parte significativa desse patrimônio. A distribuição do restante entre doze herdeiros levou à diversificação das estratégias de reconversão do capital de relações sociais acumulado pela “família” na “região”.

Adelmo Genro nasceu em 1920 e suas ligações políticas e partidárias começaram no período de declínio econômico da “família” por intermédio dos contatos e das relações com “os Vargas” e “os Goulart” (grandes proprietários de terras) em São Borja⁹. Afora isso, as relações cultivadas com outra liderança do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), também originária da “metade sul” (Mariano Beck, então secretário de estado de educação) que fora seu contemporâneo de ginásio em Santa Maria (onde Adelmo Genro estudou na adolescência), oportunizou a sua nomeação como diretor da principal escola estadual na cidade, o colégio Manoel Ribas.

A atuação como professor e diretor da escola foi o “trampolim” para a carreira política de Adelmo Genro, que despontou para a política eleitoral elegendando-se vereador em 1959 e vice-prefeito de Santa Maria pelo PTB em 1963. Porém, com o golpe militar de 1964 e em decorrência do

⁸ Esta aliança e a forma como passou a ser conhecido e distinguido, isto é, como Joaquim, o Genro, para diferenciar-se de um escravo homônimo, são a origem do nome da família segundo a obra escrita por Adelmo Genro (1983).

⁹ “Os Vargas” e “os Goulart” são denominações dadas às famílias dos ex-presidentes do país Getúlio Vargas e João Goulart, principais lideranças do Partido Trabalhista Brasileiro no período 1945-1964.

posicionamento político-partidário, teve seu mandato cassado quando ocupava a prefeitura interinamente, acontecimento que o transformou em um dos símbolos da “luta contra o regime militar” naquela cidade. Os efeitos desse episódio desdobraram-se em duas direções. No plano profissional, Adelmo Genro foi levado a empreender novas atividades, atuando como despachante, formando-se em direito e associando-se a um escritório de advocacia com uma “tradicional família de advogados e políticos locais” (“os Jobim”)¹⁰. No plano político, ele fora obrigado a afastar-se da militância partidária, no entanto acompanhou de perto os investimentos dos filhos na política e o destaque na “resistência democrática” que adquiriram. Em 1980, filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), partido do qual foi presidente, chegando a concorrer a vice-prefeito em 1982. Posteriormente filiou-se ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), sendo presidente de honra no Rio Grande do Sul até o seu falecimento.

Com efeito, a notoriedade familiar e o ambiente político levaram Tarso Genro e Adelmo Genro Filho à militância partidária e às disputas eleitorais, como atestam reportagens do jornal Zero Hora:

Em Santa Maria, também acompanhava meu pai, desde os oito anos, nas campanhas políticas. Ele era prócer do PTB, foi vereador [...] e vice-prefeito. [...] Fui vice-presidente da ala moça do PTB. Meu pai foi o estímulo para a relação pública, como político” (entrevista de Tarso Genro ao jornal Zero Hora, 11/09/2002, p. 5).

Tarso teve nos pais a primeira inspiração para a carreira política: quando moravam em São Borja, Elly e Adelmo eram vizinhos de João Goulart, o Jango, e do irmão de Getúlio Vargas, Protásio. Foram fundadores do PTB na cidade. A vivência para o interesse de Tarso foi precoce. O ex-prefeito de Porto Alegre e os irmãos eram pequenos, mas já acompanhavam encontros na casa dos Genro com personalidades como Pedro Simon

¹⁰ “Família de políticos” que contava com um ex-governador de estado e um ex-deputado estadual e a qual pertence o atual ministro da defesa Néelson Jobim. Para mais detalhes, ver (Grill, 2008a).

[...]. A efervescência se repetiria assim que Tarso e o irmão caçula, Adelmo Filho, entraram na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). As concentrações à noite na casa anteciparam nomes que se destacariam na política e na cultura” (Zero Hora, 27/10/2002, p. 7).

Tarso Genro foi eleito vereador em 1968 e Adelmo Genro Filho em 1976. O primeiro iniciou sua militância político-partidária na “Ala Moça do PTB”. Formou-se em direito pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), elegeu-se vereador pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), trabalhou no escritório do pai (em sociedade com a “família Jobim”) e fez parte da Ala Vermelha do Partido Comunista do Brasil (PC do B). Antes disso, participou de um “grupo literário”, a Vanguarda Cultural. Exilou-se no Uruguai no início da década de setenta e, no retorno ao Brasil, passou a residir em Porto Alegre, atuando como advogado trabalhista. Seu nome está vinculado às disputas em torno da atuação dos “operadores do direito” e ao que passou a ser denominado de “direito alternativo”, “direito crítico” ou “pluralismo jurídico” como um dos seus percussores no estado.

Nesse período, especificamente a partir de 1972, começou a escrever no *Caderno de Sábado* do jornal Correio do Povo que congregava uma “geração” de jovens oriundos de várias profissões, vinculados à defesa da “redemocratização” do país e que explicitamente reivindicavam a condição de intelectuais do estado. Publicou seus textos nesse espaço por quinze anos. Em 1981, o Correio do Povo, no mesmo caderno, divulgou matérias intituladas “Quem é Quem nas Letras Rio-Grandenses?”. O verbete dedicado a Tarso Genro, além de listar sua produção escrita desde 1968, o definia como um “advogado militante no foro trabalhista”, especialista em “obras jurídicas”, dedicado a uma “poesia de forte cunho social” e interessado na literatura latino-americana (Correio do Povo, 10/01/1981, p. 5).

Na sequência, Tarso Genro integrou o conselho editorial do Jornal Informação e foi um dos responsáveis pela viabilização financeira do veículo, recolhendo contribuições junto aos advogados comprometidos com a “resistência à ditadura”. A direção do órgão estava ao encargo de um conjunto de militantes do Setor Jovem do MDB de Santa Maria pro-

veniente dos movimentos estudantis e fortemente influenciados pelos irmãos Genro. Adelmo Genro Filho¹¹ era o editor-chefe, e seu primo, Daniel Herz, o diretor (ambos jornalistas) do *Informação*¹². Tarso Genro escreveu poesias, críticas literárias e de cinema, bem como textos sobre conjuntura política no jornal classificado no meio como pertencente à “imprensa alternativa”. Entre os últimos, cabe destacar três textos produzidos sobre o “populismo” e sobre as “lideranças trabalhistas” no Rio Grande do Sul (leia-se Getúlio Vargas, João Goulart e Alberto Pasqualini). Nesses artigos de 1976, se lançava à discussão sobre a “herança trabalhista”, os “limites do populismo” (do qual, segundo ele, somente a “leitura marxista da realidade” poderia se desvencilhar), as especificidades da formação política gaúcha, sobretudo partidária (representada pela inserção popular e pela definição programática do PTB), e o resgate dessa “tradição” pelas “novas forças políticas de esquerda”¹³.

No final da década de 1970, passou a publicar livros com reflexões especialmente ligadas à política e ao direito como: *Introdução à Crítica do Direito do Trabalho* (1979); *Contribuição à Crítica do Direito Coletivo do Trabalho* (1981); *Moçambique. A caminho do socialismo* (1982); *Direito Individual do Trabalho* (1985); *Lênin: Coração e Mente* (de 1985, um livro de poesias em parceria com Adelmo Genro Filho).

¹¹ Tendo iniciado sua militância política na Ala Vermelha do PC do B em Santa Maria ainda adolescente e influenciado pelo irmão, o jornalista Adelmo Genro Filho foi líder estudantil na Universidade Federal de Santa Maria e principal expoente do Setor Jovem do MDB de Santa Maria, do qual foi presidente. O destaque nessas atividades contribuiu para a sua eleição à vereança. Em 1982, concorreu a deputado estadual. Foi um dos principais colaboradores da campanha de Tarso Genro à Assembléia Constituinte em 1986, ajudando este último a chegar à primeira suplência da bancada do Partido dos Trabalhadores, que posteriormente possibilitou a ocupação de uma cadeira no Congresso Nacional.

¹² O histórico do jornal e a centralidade desse veículo como porta-voz de segmentos da esquerda gaúcha abrigada no MDB e para a fixação da liderança de Adelmo Genro Filho foram aspectos analisados por Reis (2001, 2007).

¹³ Para mais detalhes, ver Grill (2008a, 2005) que situa a interpretação feita por Tarso Genro sobre a “tradição trabalhista” em relação às leituras oferecidas por Miguel Bodea (integrante do Partido Democrático Trabalhista -PDT) e Pedro Simon (principal liderança gaúcha do PMDB). Consultar também Reis (2002) que compara a produção escrita de Tarso Genro com a de Raul Pont (uma das principais lideranças do Partido dos Trabalhadores no estado), identificando elementos de aproximação e distanciamento entre elas e suas relações com os alinhamentos e desdobramentos no espaço político-partidário.

Tais produções coincidiam com uma fase de realinhamento nos jogos de identificações políticas. Juntamente com seu irmão Adelmo Genro Filho e o “pessoal de Santa Maria”¹⁴ participou, no final a década de 1970, de um movimento denominado de “Oposições Populares” (que defendia a permanência dos quadros de esquerda no MDB como “frente”), militou no Partido Revolucionário Comunista (PRC) e ingressou no PMDB com a redemocratização.

Posteriormente, como parte de um movimento coletivo do “grupo” que ocorreu a partir de 1984, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores e liderou nessa sigla algumas “tendências” que adquiriram diferentes denominações (PT Ampla e Democrático, Democracia Radical, Nova Esquerda...). Esse movimento é acompanhado pelo processo de “reinterpretação” do marxismo ou a substituição de repertórios, rótulos, identificações que afastou a maioria dos militantes do chamado “marxismo-leninismo” e os aproximou de posicionamentos considerados como mais “moderados” pelos adversários. Novamente constituíram espaços de interlocução e veículos de divulgação das tomadas de posição do “grupo”, tais como o Centro de Filosofia e Política (CEFIP) e a Revista chamada *Práxis*, dirigidos por Adelmo Genro Filho e financiados por Daniel Herz (oriundo de uma família de empresários no estado). Tarso Genro foi conferencista e professor nos cursos do CEFIP e escreveu diversos artigos na revista *Práxis* sobre “marxismo”, “direito” e “política”.

O elo mais forte no interior do “grupo”, mesmo sob algumas divergências políticas, é o estabelecido entre Tarso Genro e seu irmão Adelmo Genro Filho. Quer dizer, formaram a *clique* que centralizava uma rede de apoiadores, isto é, o núcleo que comanda uma organização informal de militantes ou seguidores (Bailey, 1971), e capitalizaram suas ações conjuntas para a constituição de “correntes partidárias” de grande peso político e eleitoral no Rio Grande do Sul. Até a morte de Adelmo Genro Filho (aos 36 anos de idade), os dois sempre foram aliados e companheiros nas diferentes “organizações” as quais pertenceram, e a ligação entre eles sempre foi apresentada como caracterizada pelo “debate intelectual”.

¹⁴ Para um itinerário dos deslocamentos e dos posicionamentos do conjunto de militantes reunidos sob esse rótulo, ver Reis (2001, 2007).

Os investimentos simultâneos “dos irmãos Genro” reforçaram-se mutuamente. Tarso Genro já se destacava como advogado trabalhista e como “intelectual de esquerda” contando ainda com uma base eleitoral contundente em Santa Maria – conquistada por seu pai e mantida por seu irmão quando foi vereador e candidato a deputado estadual em 1982 – e com a possibilidade de maximizar o apoio em cadeia dos militantes de esquerda liderados por Adelmo. A maior “organicidade” na atuação militante de Adelmo Genro Filho, sua superior “dedicação” em termos de formação acadêmica e a intensidade das relações que mantinha com as “bases” (apoiadores e militantes), eram complementares a maior exposição pública e circulação por diferentes espaços de Tarso Genro. Inserções viabilizadas pelo desempenho das atividades como advogado de sindicatos, escritor, crítico literário em jornais, etc. a partir da capital do estado onde residia desde início da década de 1970.

Essa soma de esforços e de atribuições contribuiu para a projeção do “grupo” e para a centralidade da cadeia de líderes-seguidores que formou algumas facções políticas no estado, centralizada por Tarso Genro. Mesmo após o falecimento de Adelmo Genro Filho, seus principais aliados e seguidores permaneceram integrados ao círculo de colaboradores políticos e aderentes das tomadas de posição de Tarso Genro. Lideranças de destaque da política gaúcha como Marcos Rolim (ex-presidente do Diretório Central de Estudantes/DCE da UFSM, ex-vereador em Santa Maria e ex-deputado estadual e federal), Estilac Xavier (ex-presidente do DCE da UFSM, ex-chefe de gabinete de Adelmo Genro Filho na Câmara de Vereadores de Santa Maria, ex-secretário municipal do governo de Tarso Genro em Porto Alegre, ex-vereador e deputado estadual) e Paulo Pimenta (ex-presidente do DCE de Santa Maria, ex-chefe de gabinete de Marcos Rolim, ex-vereador em Santa Maria, ex-deputado estadual, ex-vice-prefeito de Santa Maria e atual deputado federal) são exemplos da persistência e renovação desses vínculos.

Tarso Genro concorreu, em 1986, a deputado federal constituinte (ficando na primeira suplência e vindo a assumir o mandato por dois anos), em 1988 elegeu-se vice-prefeito, em 1990 concorreu, sem êxito, a governador e, entre 1992 -1996 e 2000 - 2002, foi prefeito de Porto Alegre. Em 2002, disputou a eleição para o governo do Rio Grande do Sul, mas

perdeu no segundo turno para o candidato do PMDB, Germano Rigotto. Tal derrota acabou oportunizando a ocupação do cargo de secretário de desenvolvimento econômico e social da presidência da República na gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT). Na seqüência foi Ministro da Educação e atualmente é Ministro da Justiça.

Como parte dessa ascensão política, sua produção escrita diversificou-se em termos de temáticas e alcançou veículos de projeção nacional e até internacional. Paulatinamente, começou a publicar suas obras por editoras de circulação nacional, a intervir politicamente mediante artigos publicados em periódicos localizados no centro do país e seus textos passaram a ser traduzidos para outras línguas. Alguns títulos são ilustrativos disso: *Direito individual do Trabalho*, pela Editora LTR de São Paulo em 1994; *Orçamento Participativo. A Experiência de Porto Alegre*, publicado pela Editora Fundação Perseu Abramo de São Paulo em 1997, escrito com Ubiratan de Souza; *O futuro por armar* pela Editora Vozes de Petrópolis em 1999; *Esquerda em Processo*, também lançado pela Editora Vozes em 2004; *Crise da Democracia - Direito, democracia direta e neoliberalismo na ordem global*, idem em 2002; *Sul filo dei classici: autocritica antiutopica del diritto? Em Democrazia e Diritto* pela editora italiana FrancoAngeli de Roma em 2004; *Droit et marxisme* na Encyclopédie de la Sociologie de Droit, organizada por André-Jean Arnaud, Paris, 1993; *Hacia una nueva democracia*, artigo publicado na editoria de Opinião do periódico espanhol *El País* de 1 de fevereiro de 2002; *Vers une nouvelle citoyenneté. Thèses pour une théorie démocratique de l'État e du socialisme*, artigo publicado na revista francesa *Mouvements*, nº18, novembro-décembre de 2001; *Porto Alegre e le vie locali della cittadinanza*, veiculado no *Italianieuropei*-1º febbraio de 2002; *Crisis de la democracia - derecho, democracia directa y neoliberalismo en el orden global*, livro lançado pela Ediciones del Serbal de Barcelona em 2003.

Flávio Dino de Castro e Costa¹⁵ (Flávio Dino) nasceu em 1968 na cidade de São Luís, capital do Maranhão (MA). É originário de uma “família” notabilizada pelas carreiras políticas, jurídicas e intelectuais. O bisavô, Nicolau de Castro e Costa, chegou a ocupar postos políticos, entre os quais se destaca o cargo de deputado Provincial do Amazonas em 1874. O avô, também chamado Nicolau de Castro e Costa e conhecido como Nicolau Dino, nasceu no Amazonas em 1900, fez os estudos secundários em Belém e concluiu o curso de Direito na então Faculdade do Pará. Foi promotor e juiz no Maranhão (indicado por “chefes políticos locais”), chegando ao posto de desembargador do Tribunal de Justiça do estado. Sua carreira no espaço jurídico foi ainda coroada com a eleição para a presidência dessa instituição. Era identificado com a facção dominante na política local denominada de “vitorinismo”¹⁶. Simultaneamente, investiu na afirmação intelectual escrevendo uma tese sobre Gregório de Mattos inscrita em um concurso de História da Literatura, um livro intitulado “Onze Votos Vencidos”, no qual reproduziu julgamentos como desembargador, uma tese apresentada para a Cátedra de Direito Civil e outro livro intitulado “Visconde de Vieira da Silva” em homenagem ao seu patrocinador no Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão. Faz parte ainda do “panteão jurídico” do estado como patrono da cadeira n.º 40 da Academia Maranhense de Letras Jurídicas.

Pai de Flávio Dino e filho de Nicolau Dino, o advogado Sálvio de Jesus de Castro e Costa (Sálvio Dino) formou-se pela Faculdade Direito de São Luís e foi líder estudantil, tendo participado da União Maranhense

¹⁵ Os dados usados para a construção do itinerário do agente foram coligidos de um trabalho orientado por um dos autores desse texto. Trata-se de uma dissertação de mestrado defendida no programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFMA (Barros Filho, 2007) e que mobilizou uma entrevista realizada com o atual deputado federal (seguindo roteiro elaborado para uma pesquisa mais ampla sobre as bases da especialização política no Maranhão e aplicado em outros 11 casos) e uma gama variada de fontes para coleta de informações biográficas e referentes à genealogia (livros, entrevistas em jornais, anais da Assembléia Legislativa, etc.).

¹⁶ Para mais detalhes sobre o significado do que se convencionou chamar de “vitorinismo” (facção política liderada por Vitorino Freire) no estado do Maranhão, o trabalho de memória e as estratégias reprodução de grupos familiares na invenção de uma “tradição política”, ver Grill (2007).

de Estudantes Secundaristas e do “Parlamento Escola” do curso de Direito. Chegou a ocupar os cargos de vereador e de deputado estadual. Teve seus direitos políticos cassados em 1964. Durante o regime militar exerceu funções de primeiro escalão no governo do estado nas gestões de José Sarney e Pedro Neiva de Santana (ligados a Aliança Renovadora Nacional, a ARENA, partido que “dava sustentação ao regime militar”). Em 1974, recuperou o direito de concorrer a postos eletivos e se elegeu novamente deputado estadual. Porém, não obteve sucesso nas eleições de 1978 e de 1982 à Assembléia Legislativa e voltou a ocupar cargos de primeiro escalão em governos estaduais nas gestões de João Castelo e Luiz Rocha (ligados ao Partido Democrático Social/PDS, o chamado “partido sucedâneo da ARENA”). Por duas vezes foi prefeito de João Lisboa, um pequeno município do interior do estado (MA) e encerrou sua carreira quando foi derrotado na tentativa de reeleição.

No que diz respeito especialmente aos investimentos “intelectuais”, Sálvio Dino dedicou-se a escrever sobre variados gêneros literários como contos, poesias, romances, coletâneas de discursos e livros de memória sobre a faculdade e os “vultos” do direito em São Luís. Também foi consagrado como integrante da Academia Maranhense de Letras e membro fundador da Academia Imperatrizense de Letras (Imperatriz é o segundo município em número de habitantes no estado).

Além da influência dos ascendentes para a aquisição de disposições para o engajamento como ativista político e intelectual e de um capital de relações sociais, o episódio da “cassação” em 1964 e o declínio da influência política de Sálvio Dino mostraram-se decisivos no itinerário de Flávio Dino. Na reconstrução feita por ele sobre o seu próprio trajeto, enfatiza a inscrição nas “tradições” literária, jurídica e política do estado, as quais teriam pertencido seu pai e seu avô. Sendo que a perda dos direitos políticos do pai durante a ditadura aparece como fator que explicaria as suas tomadas de posição à esquerda.

Evidencia-se o trabalho de dupla inscrição que Flávio Dino procura estabelecer com “tradições” que podem, paradoxalmente, ser concebidas como contraditórias, mas que são nesse caso articuladas na reconstrução genealógica e biográfica operada pelo agente. Assim, por um lado, ele busca vincular-se à “tradição” da “Atenas Brasileira” expressão exaltada

localmente e que remete a um passado próspero e marcado pela formação cultural dos homens públicos como referência mítica e, ao mesmo tempo, ele reivindica a vinculação com a “tradição” da “Ilha Rebelde” termo que ativa uma pretensa continuidade de várias mobilizações populares na capital do Maranhão. Por fim, a decadência da liderança política do pai nas últimas décadas exigiu de Flávio Dino, além de um deslocamento no domínio político (em busca de novos espaços e de novas alianças), a edificação de uma notoriedade e de uma reputação que lhe permitisse o ingresso “por cima” na carreira política.

Flávio Dino e seus irmãos (Nicolau Dino e Sálvio Dino Júnior) estudaram nos principais colégios particulares de São Luís e concluíram o curso de Direito na Universidade Federal do Maranhão (UFMA). O atual deputado federal pelo PC do B foi presidente do grêmio estudantil do colégio Marista na década de oitenta (tendo sido “contemporâneo” no movimento estudantil de vários filhos de políticos de destaque no estado) e participou de grupos de discussão sobre “política” e “marxismo”. Já na universidade fora secretário-geral e coordenador do Diretório Central de Estudantes (DCE) da UFMA. Nesse período se filiou ao Partido dos Trabalhadores (PT), foi vice-presidente do Diretório Municipal da agremiação e atuou como advogado da sigla. Sua monografia de conclusão do curso de direito, defendida em 1990, intitulou-se *O Direito de Greve no Brasil: evolução e limitações atuais ao seu exercício* e foi publicada em forma de livro (prefaciado por importantes “figuras” do espaço jurídico maranhense, contemporâneos do seu pai). Esse foi o marco de uma modalidade de intervenção política privilegiada pelo agente que funde, no mínimo, registros do âmbito das disputas partidárias, sindicais e jurídicas.

Com tal interpenetração de lógicas passou a atuar, na década de 1990, como advogado de sindicatos (clientela que fazia parte das suas relações políticas), foi secretário da Comissão de Direitos Humanos da Ordem de Advogados do Brasil no estado e posteriormente professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Em 1994, investiu na “carreira de Estado” mediante a aprovação em primeiro lugar no concurso nacional para juiz federal. Nessa condição, começou a intervir politicamente por meio do engajamento nas lutas relativas à corporação e a tomar posição

sobre diferentes questões. Em 1998, foi eleito vice-presidente da Associação dos Juizes Federais (AJUFE) e, em 2000, foi presidente da entidade, o que permitiu a atuação em espaços institucionais como membro do Conselho da Justiça Federal e secretário da Comissão de Altos Estudos da Justiça Federal. Nas pautas dos debates nos quais se inseriu, os principais temas eram os direitos humanos (“erradicação do trabalho escravo”, “proteção às vítimas e testemunhas ameaçadas do Ministério da Justiça”, entre outros) e a “reforma do judiciário” (especialmente a criação do Conselho Nacional de Justiça e o “combate ao nepotismo”).

Suas intervenções, contudo, não se restringiram a esses domínios. Flávio Dino também se dedicou à atuação no âmbito universitário. Professor da UFMA, em 2001 defendeu sua dissertação de mestrado intitulada *Autogoverno e Controle do Judiciário no Brasil: a proposta de criação do Conselho Nacional de Justiça*, publicada no mesmo ano em forma de livro (prefaciado pelo então ministro do Supremo Tribunal Federal, Nélson Jobim, e pela cientista política Maria Teresa Sadek). Foi também professor de Direito na Universidade Nacional do Brasil (UNB). Participou ainda de instâncias como a comissão editorial da Revista “Direito e Política”, do Instituto Brasileiro de Advocacia (IBAP) e publicou artigos e trabalhos sobre “direito ambiental”, “direito administrativo”, “direito constitucional”, “direito público”, “acesso à justiça”, “trabalho escravo”, “crimes ambientais” e “direitos humanos”. Sobre a sua produção intelectual afirma: “Sempre foi determinada a partir da intervenção política, que sempre foi o mais forte. (...). Talvez os interesses no mundo do direito sempre foram determinados politicamente, pela política, pela via da política” (entrevista com Flávio Dino).

A campanha de 2006 à deputação federal foi construída a partir de um conjunto de bases de interconexão composto por alianças verticais para cima e para baixo (Landé, 1977) e elos pessoais justificados por princípios morais e pragmáticos (Bailey, 1971). Uma série de movimentos propiciou seu ingresso na carreira política e seu reingresso nas disputas partidárias do estado. Em primeiro lugar, as dissidências no jogo de facções locais redefiniram as clivagens. O então governador José Reinaldo Tavares rompeu sua ligação com a principal liderança do seu “grupo político” (José Sarney) e se aproximou das lideranças ligadas à facção rival. Atraiu vários

prefeitos e personalidades para uma grande frente intitulada “Frente da Libertação” (entre elas dois quadros de destaque do judiciário: o ex-ministro e presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Edson Vidigal, que concorreu a governador pelo PSB, e o próprio Flávio Dino que concorreu a deputado federal pelo PC do B). Na recomposição do seu secretariado, José Reinaldo Tavares contou com a colaboração do advogado e professor universitário Sálvio Dino Júnior (irmão de Flávio Dino que fora coordenador do Diretório Central de Estudantes da UFMA), então militante do PT.

Flávio Dino foi beneficiado pelo apoio de parte das lideranças locais cooptadas pelo então governador e acionou um leque de contatos com círculos da “elite política brasileira” estabelecido no período em que atuou em Brasília. Tais trunfos se somaram ao trabalho de mobilização dos “operadores do direito” espalhados pelo estado, aos quadros do PC do B que atuaram de forma coesa na campanha, aos contemporâneos de movimento estudantil (muitos deles, inclusive, ainda filiados ao PT) e a uma importante parcela dos chamados “formadores de opinião” (como professores e jornalistas) de São Luís¹⁷.

Um dos resultados desses investimentos foi a conquista de um cargo eletivo já na primeira competição eleitoral e como o quarto deputado federal mais votado no MA. O ingresso “por cima”, diretamente como deputado federal, favorecido por apoios no centro da política nacional, se utilizando de rearranjos nas alianças e alinhamentos no estado, bem como se alicerçando nas “imagens” que mesclam o reconhecimento como intelectual e político, permitem o aproximar do padrão dominante de recrutamento da “elite política”. Mesmo que os repertórios e as linguagens utilizados sejam renovados e re-atualizados constantemente.

Após a posse como deputado federal, Flávio Dino dedicou-se a escrever semanalmente uma coluna no Jornal Pequeno, um dos principais periódicos do Maranhão e que se caracteriza pelo alinhamento à facção que venceu as últimas eleições no estado. Os artigos tratam de questões da conjuntura política e o autor

¹⁷ Sobre a composição da rede de apoiadores e a mobilização da mesma durante a campanha em diferentes cenários (comícios, caminhadas, atos, etc.) e mediante linguagens distintas (panfletos, depoimentos, cartas de apoiadores, etc.) pode-se consultar Barros Filho (2007).

fundamenta os posicionamentos sobre a agenda em pauta com referências históricas e jurídicas, bem como com o uso da sua biografia pessoal. Em 2008 concorreu à prefeitura de São Luís. Foi derrotado no segundo turno das eleições.

José Alberto Fogaça de Medeiros (José Fogaça) nasceu em 1947, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul (RS). O pai era farmacêutico, proprietário de uma farmácia (localizada num bairro de classe média alta da capital) e a mãe era dona de casa (proveniente de uma “família de políticos” de São Francisco de Paula/RS). O primeiro e o segundo grau foram feitos em escolas particulares (Santa Inês e Rosário). Ele afirma que começou a escrever poesias aos 10 anos de idade, ganhando, aos 13 anos, um concurso de redação promovido por um jornal de circulação regional. Além disso, na descrição da sua biografia (entrevista de Fogaça ao jornal *Zero Hora*, 2004, p. 4) também ressalta que o desenvolvimento do seu “gosto pela criação literária e musical” fora estimulado pelo pai que gostava muito de ler e tinha uma “boa biblioteca” e também pelo bisavô materno que era músico (tocava acordeão e violão). As primeiras composições de José Fogaça teriam sido dedicadas à mãe “porque a família dela era musical” (Idem).

Quando era estudante “secundarista” nos anos sessenta, Fogaça aproximou-se da Juventude Estudantil Católica e foi secretário de cultura do grêmio estudantil da sua escola (Colégio Rosário), sendo responsável pela produção de um “jornalzinho”. Ingressou na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Porto Alegre em 1965 e na mesma instituição de ensino também cursou Letras. Chegou a concorrer à presidência do Centro Acadêmico, porém não obteve êxito, e na seqüência não investiu sistematicamente na militância no movimento estudantil desde então.

Depois de concluída a universidade deu aulas em escolas e em um curso pré-vestibular. No início dos anos setenta foi a um “popular” programa de televisão para divulgar um festival de música, acabou retornando a esse espaço para dar “dicas” de português e sendo contratado pela emissora para apresentá-lo uma vez por semana. Em decorrência dessa atuação, apresentou outros programas de TV e de rádio dedicados aos “jovens” e à

música. Dentre eles, destaca-se o programa “Opinião Jovem” da Radio Continental em 1974, para o qual chegou a escrever uma música especialmente para a abertura, intitulada “Testamento”, que foi gravada por seus amigos do grupo musical “Almôndegas”, então constituído por Kleiton e Kledir Ramil, Zé Flávio, Pery Souza, Quico Castro Neves e Gilnei Silveira.

No mesmo período, conheceu Isabela Coronel Amilivia, com quem teve quatro filhos. Nutricionista formada pelo Instituto Metodista de Educação e Cultura (IMEC), ela participou de vários festivais de música gaúcha e, como cantora, adquiriu notoriedade pela interpretação de uma canção de Fogaça que ficou conhecida como um dos “hinos” de Porto Alegre (“Porto Alegre é Demais”). Posteriormente, pautou sua carreira como intérprete, sobretudo das canções do marido, lançando basicamente quatro trabalhos com composições ou de composições de Fogaça: “Fogaça, Amigos e Canções” (1998); “Porto Alegre é demais” (2000); “Natal em Família” (2003); e “Fogaça, Alma Gaúcha” (2004).

O primeiro disco com composições de José Fogaça foi “Gaudêncio sete luas”, de 1977, do grupo “Almôndegas”, no qual continha a sua canção mais conhecida, “Vento Negro”, que é lida por muitas pessoas pelo “conteúdo político” que traria e que chegou a inspirar uma tendência do movimento estudantil denominada “Viração” (termo usado no refrão da música e que indica, no vocabulário “regionalista”, uma mudança brusca do “clima, anunciada por uma ventania). Além dessa, no mesmo disco, constam outras duas composições em parcerias (“Piquete do Caveira” e “Mi triste Santiago”/Tributo à Pablo Neruda). Em 1980, José Fogaça chegou a vencer o festival de música “Califórnia da Canção Nativa do Rio Grande do Sul” com a canção “Semeadura”, criada em parceria com Vitor Ramil, e igualmente considerada uma “música de protesto”.

Por tais inserções, José Fogaça é apontado como um dos principais porta-vozes do chamado Movimento Nativista no Estado¹⁸ (ou de uma

¹⁸ O chamado Movimento Nativista do RS teria impulsionado um crescimento muito grande do mercado de produção artística, ampliando o espaço para seus poetas, compositores e músicos, gerando a profissionalização dos mesmos, o crescimento do mercado editorial, o aumento dos espaços para a cultura regional na mídia e gerou, sobretudo, uma grande polêmica sobre a cultura regional gaúcha (Jacks, 1987).

das suas vertentes). Na sua concepção, o movimento teria emergido “em determinado momento em que as circunstâncias políticas e culturais” eram “extremamente desfavoráveis para a autonomia” do Rio Grande do Sul em relação ao resto do país. Também na sua avaliação, tratava-se, então, de uma “atitude de resistência cultural”, como “reação” a “cada vez menor participação do Rio Grande do Sul nos espaços políticos e econômicos sobreposto pela ocupação político-cultural de outras culturas, principalmente as emanadas do centro do país, e de procedência estrangeira” (José Fogaça, apud. Jacks, 1987, p. 46).

O destaque adquirido (como professor, apresentador, poeta, compositor...) teria resultado no convite (aceito) feito pela liderança gaúcha Pedro Simon¹⁹ para filiar-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Devido ao fim do programa que apresentava e no qual fazia comentários sobre política, em 1976, por intervenção de agentes do “regime militar”, José Fogaça se deslocou para São Paulo, onde igualmente trabalhou numa rádio como comentarista político. O retorno definitivo para o Rio Grande do Sul ocorreu somente seis meses antes da sua eleição como o deputado estadual mais votado do MDB, em 1978, sendo que nesse mesmo ano lançou o livro de crônicas *Uma geração amordaçada*.

Em 1982 elegeu-se deputado federal pelo PMDB; em 1983 lançou pela Câmara dos Deputados *Nossa luta, nossa esperança*; no ano seguinte atuou como coordenador da campanha pelas “Diretas Já”; e, em 1985, publicou *Aprendizes da Esperança* e concorreu a vice-prefeitura de Porto Alegre na chapa encabeçada pelo economista Carrion Júnior, ambos filiados ao PMDB. Em 1986 conquistou a vaga de Senador, sendo reeleito em 1994. Nesse meio tempo, em 1990, concorreu sem sucesso ao governo do estado (RS).

Afora os vários artigos em jornal que produziu nesse período, algumas matérias publicadas em revistas podem ser destacadas: *Presidencialismo e a história do compadrio*; *É possível acabar com o fisiologismo na política brasileira?*; *Concessões de serviço público de transporte coletivo*

¹⁹ Conhecido tanto por ter “olho clínico” (“treinado”, “capacitado”, “especializado”) na identificação de “novas lideranças” como, justamente, pelo “interesse” que tinha em estabelecer um elo com a “juventude” através de mediadores qualificados vindos desse meio. A esse respeito, ver Reis (2001).

de passageiros; e *O Senado entra em jogo. Rumos do Desenvolvimento*; cabendo ainda mencionar o trabalho publicado pela Câmara dos Deputados, em 1987, intitulado *Uma geração que avança*²⁰ e outro publicado pelo Senado Federal *Em defesa do governo Simon-Guazelli*.

Ainda não havia concluído o segundo mandato de Senador quando optou por acompanhar, em 2001, a dissidência liderada pelo ex-governador Antônio Britto que deixou o PMDB para ingressar no Partido Popular Socialista (PPS). Por esse último partido, José Fogaça tentou novamente reeleger-se ao Senado, sem obter êxito. Entre 2003 e 2004 dedicou-se ao magistério como professor de Direito Constitucional nas Faculdades Rio-Grandenses. Também atuou como articulista do Jornal Zero Hora.

Em 2003, preparou com a esposa o CD “Natal em Família”, com composições e adaptações inéditas, lançado pela Companhia Zaffari, cujo publicitário chefe é Luiz Coronel, (poeta, originário da “região da campanha” ou da “metade sul” que também gravou uma música no disco de 1977 dos “Almôndegas”, participou do mesmo Movimento Nativista com Fogaça, e que com ele compôs uma das canções do disco de natal). A mesma Companhia Zaffari fora responsável pela maior divulgação, mediante uma massiva campanha publicitária, da canção “Porto Alegre é Demais” e, conseqüentemente, da sua cantora Isabela Coronel Fogaça. Também em 2003, quando Fogaça já era pré-candidato a prefeitura de Porto Alegre, Isabela lançou o CD “Fogaça: Alma Gaúcha” que tornou possível a divulgação (via outdoors e anúncios na televisão) do seu nome e a sua associação com a definição da identidade regional. Entre os intérpretes das músicas de Fogaça estavam artistas gaúchos como Kleiton e Kledir Ramil, Isabela Fogaça, Vitor Hugo, Jader Cardoso e Elaine Geissler.

Além das apresentações promovidas no estacionamento da maior filial do supermercado Zaffari da capital, um show de natal também passou a ser realizado na cidade de Gramado/RS a partir de 2004 (promovido pela mesma empresa). Em entrevista, já em 2007, comentando a participação no evento, Isabela enfatiza que “este espetáculo é quase uma reli-

²⁰ Sobre o uso da ideia de geração como critério de identificação e de mobilização política entre militantes do Setor Jovem do MDB do Rio Grande do Sul, ver Reis (2001).

gião para nós, gostamos muito de fazer” (<http://gramadosite.com.br>, acesso em 14/02/2008). A filha de oito anos canta desde os cinco no coral e participa dos shows. Na foto da matéria, Isabela apresenta-se ao lado de Fogaça vestido de papai-noel.

Nessa ocasião, ele já havia assumido a prefeitura de Porto Alegre, tendo sido eleito em 2004 numa coligação PPS-PTB. Apresentando-se como uma “terceira via” na polarização PT/PMDB, a ênfase da sua campanha foi a “mudança” mantendo alguns projetos marcantes da administração do PT, como o orçamento participativo. Durante a campanha, os amigos músicos manifestaram seu apoio e cantaram nos comícios (principalmente Kleiton e Kleidir Ramil, ex-integrantes do grupo “Almôndegas”), com exceção de Vitor Ramil, cuja principal colaboração foi não ter manifestado seu apoio ou participado dos comícios do adversário petista (o que fazia em todas as eleições em prol dos candidatos do Partido dos Trabalhadores). Na campanha, dentre as diversas aparições de Isabela, destacam-se aquelas nas quais cantou as músicas do marido nos programas eleitorais de TV.

Uma vez eleito, uma das medidas de Fogaça foi assinar, com a prefeitura de Uruguaiana, o “protocolo de intenção” para a “promoção cultural da 34.^a Califórnia da Canção Nativa do Rio Grande do Sul. Pela primeira vez a edição regional do evento recebeu o apoio oficial da Prefeitura de Porto Alegre” (<http://www2.portoalegre.rs.gov.br>). No discurso de lançamento do protocolo (realizado durante a 28^a Expointer no dia 03/09/2005), “Fogaça lembrou suas participações no festival na década de 70 e falou sobre a importância da Califórnia na cena musical e cultural do Rio Grande do Sul” (Idem). Nas suas palavras: “É com orgulho redobrado que eu assumo este protocolo para apoiar a realização deste grande evento, responsável por irradiar no Estado a magia do nativismo” (Idem).

Em 28 de setembro de 2007, José Fogaça retornou ao PMDB. Por esse partido concorreu, com sucesso, à reeleição em 2008. Foi o primeiro prefeito eleito duas vezes consecutivas na capital do estado.

Joaquim Elias Nagib Pinto Haickel (Joaquim Haickel) nasceu em 1959, em São Luís (MA). Os avós maternos de origem portuguesa eram pequenos comerciantes, assim como os paternos, cuja origem é libanesa. Esses últimos teriam se deslocado para o Maranhão na primeira década do século XX e ajudaram a constituir uma significativa “colônia de imigrantes” no município de Pindaré Mirim, pertencente à chamada “região da baixada maranhense”. Além da dedicação ao comércio e ao sucesso empresarial alcançado, alguns deles investiram também na carreira política.

Motivado pela eleição do irmão que concorrera a prefeito de Pindaré Mirim (tendo ocupado esse cargo por 14 anos: três mandatos de quatro, seis e quatro anos) e se tornara aliado do governador eleito em 1965, José Sarney, o pai de Joaquim Haickel, Nagib Haickel, estreou nas competições eleitorais em 1966. Com o segundo grau incompleto, além de empresário (ou próspero comerciante), “Nagibão” (como chama o filho) desde aquele ano quando se elegeu deputado estadual pela primeira vez até 1993 quando ocupava a posição de Presidente da Assembléia do Estado e veio a falecer teria sido um “político de verdade” (entrevista com Joaquim Haickel). Dentre os postos ocupados, foi por três ocasiões deputado estadual (1966 a 1978) e duas vezes deputado federal (1978 a 1986). Não tendo êxito na eleição para deputado estadual em 1986, desempenhou o cargo de administrador (ou interventor) de outro município, Zé Doca, situado na mesma região de Pindaré Mirim, durante aproximadamente três anos. Depois, em 1990, elegeu-se novamente deputado estadual.

Joaquim Haickel, aos 22 anos, conseguiu eleger-se deputado estadual com um montante de 16.850 votos, graças aos vínculos de parentesco, ou mais precisamente, pelo fato de “ser filho do Nagib”, com quem fez uma “dobradinha” naquela ocasião (entrevista com Joaquim Haickel). Antes disso, foi chefe do gabinete oficial do então governador do estado, João Castelo. Em 1986, já formado em direito pela UFMA, a parceria com o pai é repetida, porém invertendo os cargos disputados. Novamente obtém êxito, dessa vez na campanha para deputado federal, sendo eleito aos 26 anos. A inversão feita teria sido estratégica para oportunizar a atuação como “constituente” que, segundo ele, seria facilitada pela sua formação jurídica. E essa “experiência” é ressaltada pela chance de “poder privar da companhia de Florestan Fernandes, Arthur Da Távola, Luís Viana, ser assessorado por Miguel Reale,

foi um negócio fantástico”. A ida para a Assembléia Legislativa é classificada como um “mestrado” e a “experiência” de “constituente” com um “doutorado” (entrevista com Joaquim Haickel).

Além das inserções políticas, na primeira metade dos anos oitenta (período em que ainda cursava a faculdade), Joaquim Haickel também investiu na socialização e em sociabilidades relacionadas ao “meio cultural”. Um dos resultados desses empreendimentos e alvo constante de auto-consagração foi a edição de suplementos semanais no jornal Estado Maranhão, em 1983, e de vinte e quatro revistas mensais, entre 1984 e 1985, das publicações chamadas de Guarnicê²¹, bem como uma antologia de poemas, em 1984, e uma antologia de poemas eróticos, em 1985, além de meia dúzia de outros livros de poemas, contos, ensaios e cartuns. Em matéria escrita no seu blog (<http://joaquimhaickel.globolog.com.br>, 15/11/2006, acesso em 04/02/2008) e dedicada a homenagear os vinte anos do “Guarnicê”, evidencia-se o esforço de Joaquim Haickel em aclamar as contribuições “intelectuais” e as colaborações “financeiras” revelando, assim, os empreendimentos e vínculos valorizados.

Dos primeiros, destaca a formação privilegiada, sintetizada na pergunta:

Imaginem o que pode sair das cabeças de meia dúzia de jovens, que tendo estudado em bons colégios, recebido uma boa orientação educacional, cultural e social, se achavam preparados para dizer a cidade e ao mundo o que pensavam através de suas poesias, crônicas, críticas e desenhos, compilados e editados por eles semanalmente e levado ao público encartado no maior e mais importante jornal de nossa capital? (Idem).

Para os últimos, a gratidão é direcionada aos “poucos patrocinadores”, particularmente:

²¹ Em 2003 foi publicado o “Almanaque Guarnicê. 20 anos”, com poemas, fotos, caricaturas, crônicas, enfim, predominantemente assinadas pelos nove destaques da “geração Guarnicê” (Joaquim Haickel, Celso Borges, Roberto Kenard, Paulo Coelho, Érico, Ronaldo Braga, Cordeiro, Dulce Britto e Franco Jasiello).

O meu velho pai que nos cedeu o espaço e o dinheiro para montarmos a nossa gráfica, de Francisco Camelo, então dirigente do SIOGE [Serviço de Imprensa e Obras Gráficas do Estado], órgão de saudosa e importante memória e principalmente de Fernando Sarney, então presidente da CEMAR, empresa patrocinadora de tudo que aconteceu nas artes e na cultura (e até nos esportes) do Maranhão de 1983 até 1995 (Idem).

É importante frisar ainda o reconhecimento ao amigo e hoje sócio Fernando Sarney e ao Sistema Mirante, de propriedade da “família de políticos” aos quais os Haickel estão ligados por vínculos de aliança desde o início da década de sessenta:

Fernando era, e continua sendo, o guru da cultura maranhense - e do esporte também -, agora através do jornal O Estado, da TV Mirante e das rádios espalhadas por todo o nosso Estado. Por falar em Fernando e em Mirante é importante que se diga que foi com a Mirante FM que tudo começou. Foi lá que começamos tudo, fazendo o programa Em Tempo de Guarnicê, com essa mesma turma, onde apoiávamos e incentivávamos a música, a poesia e a cultura maranhense, foi de lá que surgiu a Revista Guarnicê. (Idem).

No mesmo processo de afirmação intelectual, tal “geração de poetas” polemizava com “ícones” da “intelectualidade maranhense”. O movimento inaugural foi concretizado na primeira edição do suplemento, que traz escrito na capa: “Qualquer semelhança com um movimento morto é mera coincidência”. Procuravam, assim, redefinir o significado do termo Guarnicê, fazendo alusão à publicação de 1975, denominada “Hora do Guarnicê”, da qual participaram importantes escritores maranhenses de “outras gerações”. A expressão cunhada pelos “brincantes” de bumba-meu-boi²² “significa dar sustentação à brincadeira, velar a essência do ritual” e “beber na fonte de amos, índias e caboclos de pena e ali erguer

²² Expressão da chamada “cultura popular” que possui destaque nas “festividades” de São João em junho.

a ponte entre o novo e o novilho” (Lima, 2003, p. 39). Ainda no ano de 1983, muito do conteúdo dos textos produzidos no Guarnicê era de crítica à Academia Maranhense de Letras e à “concessão recorrente” que seus membros faziam ao poder oficial (Lima, 2003, p. 39).

Contudo, uma tomada de posição política de Joaquim Haickel produziu tensões nas relações de sociabilidades intelectuais e políticas em que estava inserido. Com a escolha dos representantes para o colégio eleitoral que participariam da eleição indireta do Presidente da República (1984), com colaboração do pai, então presidente da Assembléia, Joaquim Haickel foi um dos deputados estaduais encarregados de optar entre Tancredo Neves (com José Sarney de vice) ou Paulo Maluf. Seu pai havia estabelecido alianças com Paulo Maluf mediante a convergência de elementos como: vinculação étnica, identificação partidária (então PDS), convivência no Congresso Nacional e retribuição ao auxílio dado por Maluf que teria “salvo a sua vida” (quando sofreu um enfarte, o político paulista enviou um jatinho e um cardiologista, Adib Jatene, para atendê-lo). Para Joaquim Haickel, o dilema se instaurou porque, no âmbito político, nas suas palavras: “os amigos mais próximos levantam a bandeira de Tancredo e formam o grupo político liderado no Maranhão por Sarney”, no âmbito cultural, seus companheiros de “Guarnicê” estavam “fechados com Tancredo”. A “pressão” chegou ao auge quando, no dia 25 de outubro de 1984, foi publicada nos principais jornais de São Luís a intitulada “Carta aberta ao poeta-deputado Joaquim Haickel”, assinada por importantes figuras do cenário político-cultural da ilha de São Luís (Lima, 2003, p. 86-87). Joaquim Haickel escreveu no período um “desabafo” intitulado “Um Homem Dividido”, no qual se apresenta “encurralado entre a fidelidade familiar e a voz das ruas” (Lima, 2003, p. 86-87).

Tal episódio teria lhe rendido uma série de dilemas e contestações. Acabou votando no candidato que era amigo do seu pai (Paulo Maluf) e contrapondo-se à rede de lealdades na qual estava inserido (“família Sarney” e uma parte majoritária da “intelectualidade maranhense”). Com exceção do amigo e agora sócio Fernando Sarney, teria perdido “um monte de amigos” e passado “cinco anos no ostracismo” (entrevista com Joaquim Haickel). Apesar disso, se elegeu Deputado Federal em 1986 com o apoio do pai.

Não concorreu à reeleição em 1990 e os esforços de pai e filho se voltaram para o retorno de Nagib Haickel à Assembléia Legislativa. Joaquim Haickel foi Subsecretário de Ações Políticas durante aproximadamente três anos (1991-1993) e Subsecretário de Educação durante nove meses. Porém, em 1993, com o falecimento do pai somado à vitória de Roseana Sarney (que guardaria ainda “rancor” devido ao episódio de 1984) para o governo do Estado em 1994, teria decidido sair temporariamente da cena política. Adiciona a isso a justificativa da necessidade de “consolidar” suas empresas, o que teria sido feito durante os quatro anos do primeiro mandato de Roseana Sarney. Nesse momento, fortaleceu sua sociedade com Fernando Sarney em uma cadeia de rádios. Sem deixar de mencionar o incremento dos seus empreendimentos editoriais.

Um hiato então acaba se estabelecendo no fluxo desse trajeto politicamente ascendente. Retorna aos pleitos somente em 1998 e conquista três mandatos consecutivos de deputado estadual. Avalia tais conquistas como “100% suas” comparativamente à importância da intervenção do pai nas anteriores: “(...) o [mandato] de 82 e o de 86 me foi dado, eu ganhei de presente, esses três últimos foram meus, 100%. Esforço pessoal, eleitoral, financeiro, tudo. Eu sou o meu único doador na minha campanha de 2006, não recebi um centavo de ninguém” (entrevista com Joaquim Haickel).

Ao longo do trajeto político, Joaquim Haickel transitou por seis siglas partidárias: PDS (Partido Democrático Social); PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro); PDC (Partido Democrata Cristão); PRP (Partido Republicano Progressista); PTB (Partido Trabalhista Brasileiro); e PSB (Partido Socialista Brasileiro). Atualmente é filiado ao PMDB.

No Blog que mantém no site “Imirante”, a sua autoapresentação é compatível com a forma como constrói seu reconhecimento a partir de um caráter multifacetado ou como o definiu Rossini Corrêa (1991) no posfácio do livro “A Ponte”, como um “homem de sete instrumentos”. Na mesma apresentação, novamente, a ênfase recai na promoção do “Guarnicê” como divisor de águas e destaca a atuação como “Poeta, contista e cronista, que, quando sobra tempo, também é deputado’ (...) Mais de duas décadas depois do Guarnicê, o ainda parlamentar (...) permanece cronista, contista e poeta. Advogado (...) cinéfilo inveterado, ele alinhava um livro sobre cine-

ma e psicanálise, que, segundo ele, será sua obra definitiva”. (<http://joaquimhaickel.globolog.com.br>, acesso em 04/02/2008).

Joaquim Haickel também mantém uma página num site de relacionamentos da internet onde não somente as “facetas” até então mencionadas são exaltadas no álbum de fotografias como outras “habilidades” são igualmente consagradas, como o “chefe de cozinha” e o “jogador de basquete”. Há também fotos da família, principalmente da filha primogênita, de viagens ao exterior, se apresentando como escritor, dando autógrafos, ao lado de “personalidades” da política maranhense (como Aderson Lago, Mauro Bezerra, Ricardo Murad) e da literatura nacional (como Fernando Moraes e Mário Prata). Somam-se a essas as muitas fotos na “tribuna” ou no parlamento. Para essas últimas, as legendas realçam comportamentos e gestos valorizados na apresentação de si (“professoral”, “objetivo”, “convicto”, “irônico”, “inflamado”, “debochado”, “argumentativo”, “conciliador”, “rindo”, “gritando”, “palestrando”, “arquitetando”, “explicando”, “ouvindo”...).

Dentre as demais publicações de Joaquim Haickel identificadas, estão: *A Ponte*, livro de contos prefaciado por Artur da Távola; três livros de poemas: *O quinto cavaleiro*, *Manuscritos* e *Saltério de três cordas* (co-autoria) (prefaciado por Hernandes Herreira de Nunez e Nunez); e três volumes de ficção: *Confissões de uma caneta*, *Garrafa de ilusões* e *Clara Cor-de-Rosa*. Afora o próprio Blog no qual publica contos, poemas, crônicas, comentários variados, com temas (às vezes indissociadamente) políticos, românticos, religiosos, posicionamentos sobre assuntos conjunturais, entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os quatro itinerários analisados refletem algumas invariâncias e contrastes no recrutamento de “elites políticas” no Rio Grande do Sul e no Maranhão, já observadas em estudo anterior (Grill, 2008b). Vale dizer, no primeiro rol de aspectos persistentes, identifica-se o forte peso da herança familiar, a preponderância na formação em direito e, sobretudo, o relativamente alto nível de profissionalização política, atestada pela precocidade da entrada dos agentes na política e/ou pelo desdobramento de carreiras em cargos públicos e/ou eletivos.

Sobre a gama de elementos distintivos, pode-se igualmente destacar três evidências. A primeira diz respeito ao ingresso na carreira política por posições mais periféricas e eletivas no RS (vereança no caso de Tarso Genro e deputação estadual no caso de José Fogaça), em contraposição à estréia por posições eletivas mais centrais ou por cargos públicos de nomeação no MA (deputação federal no caso de Flávio Dino e oficial de gabinete do governador no caso de Joaquim Haickel).

A segunda refere-se à diversificação das instituições de ensino (públicas e privadas na capital e no interior) nas quais os “gaúchos” buscam seus títulos universitários (Universidade Federal de Santa Maria para Tarso Genro e PUC de Porto Alegre para José Fogaça), ao passo que há uma prevalência da formação na UFMA para os “maranhenses”²³.

A terceira constatação é sobre a maior centralidade da vinculação ou a uma “região” ou a uma atividade desempenhada como estratégia contunente de afirmação de lideranças para os casos do RS (observou-se o destaque assumido pelos “irmãos Genro” em Santa Maria e por José Fogaça pelo exercício do magistério e pela exposição na mídia), enquanto para os casos do MA percebeu-se uma significativa dinâmica de cooptação conduzida por lideranças de facções que dominam a política estadual (o apoio da facção liderada pelo então governador José Reinaldo Tavares para Flávio Dino e a ligação “dos Haickel” com “os Sarney”).

Indo mais além, é possível caracterizar alguns mecanismos comuns e estruturantes dos engajamentos, bem como sua tradução em termos de profissionalização política para os agentes investigados. No entanto, apoiando as considerações aqui expostas em verificações propiciadas pela investigação de universos mais amplos (em termos quantitativos e de dimensões de análise)²⁴.

²³ Segundo estudo anterior (Grill, 2008a), os parlamentares maranhenses conquistam seus diplomas em aproximadamente metade dos casos nas instituições públicas da capital e a outra metade busca em centros maiores. Há baixíssima presença de deputados formados em instituições privadas consideradas mais periféricas.

²⁴ Para um trabalho de maior fôlego, pode-se recorrer à pesquisa feita sobre o Rio Grande do Sul (Reis, 2007) cujos dados serão confrontados com aqueles provenientes do estudo em andamento sobre os destinos sociais, profissionais e políticos de militantes que atuaram nos movimentos de contestação ao regime militar no Maranhão (Reis, 2008b).

Inicialmente, é preciso sublinhar a relevância da origem social e da vinculação dos ascendentes familiares com a política. Nesse caso, atente-se que os usos do patrimônio político familiar se mostram decisivos para a *politização*: 1) para a socialização com o universo da “política”; 2) para a constituição (muitas vezes racionalizada) de uma disposição para intervenção; 3) para a mobilização de um capital de relações sociais e sua ativação para o acúmulo de capital eleitoral; 4) para a administração de fidelidades intergeracionais e adaptação aos novos condicionantes da luta política; 5) e para a atenção voltada ao atendimento de clientelas diferenciadas (esforço nítido nos casos de Tarso Genro, Flávio Dino e Joaquim Haickel).

A isso se soma a importância da apropriação, ativação e incremento do patrimônio cultural dos ascendentes que permitem o estabelecimento de uma ponte com a história regional e suas referências míticas. Nota-se, para um contexto, como acionam, via laços de parentesco, identidades regionais ligadas às lutas políticas, militares e ao “mundo da estância” (para Tarso Genro na ambígua vinculação com o trabalhismo e para José Fogaça na definição e reivindicação do nativismo como “causa” de luta para os sul-rio-grandenses). E, para o outro contexto, do mesmo modo, como constroem uma relação simultaneamente de continuidade e de ruptura com a “tradição intelectual” do Maranhão, constantemente reinventada e fundamentada nas imagens do estado como “Atenas Brasileira” (tanto para Flávio Dino como para Joaquim Haickel).

Do que foi dito e descrito, é possível focalizar que a “militância” em diferentes espaços e meios sociais é acompanhada de um repertório em constante reformulação no que diz respeito às temáticas e “bandeiras de luta”. E ainda que essas inserções e reformulações ocorram em sintonia com as reconfigurações das modalidades legítimas de intervenção que se afirmam no Brasil e no mundo.

De forma mais precisa e simplificada, pode-se sistematizar algumas modificações concernentes às temáticas privilegiadas nas tomadas de posição dos agentes analisados. Cabe sublinhar que, mais do que simples “temas”, em muitos casos tratam-se mesmo de referências de síntese que pautam os repertórios de mobilização agilizados nos mais variados domínios de inscrição militante.

Em Tarso Genro evidencia-se a substituição do debate acerca da “revolução socialista” pelas reflexões sobre a redefinição do “valor democrático”. Esse deslocamento pautou e foi pautado pelos posicionamentos que assumia no transcorrer de seu trajeto e tendo em vistas as interferências conjunturais e as condições históricas mais gerais. Nesse caso, há a convergência com estratégias de mobilização política e aos arranjos institucionais (destaque para as discussões em torno das idéias de “participação popular”, o “orçamento participativo”, “fóruns de deliberação”....). Do mesmo modo, e indiscernivelmente, há a própria caracterização das profissões jurídicas e as intervenções sobre a agenda do governo a partir dos ministérios do desenvolvimento social, da educação e da justiça, fornecendo lógicas de atuação política passíveis de serem articuladas na composição das justificações oferecidas, interpelações solicitadas e ações assumidas.

Em Flávio Dino observa-se uma alteração de ênfase semelhante ao caso anterior. Sendo que o movimento mais evidente foi das “causas” referentes à “classe trabalhadora” do “jovem” advogado às prescrições sobre o “Estado” do juiz e representante classista que reivindica ser portador de uma “vocação para a coisa pública”. Todas elas fundidas nos textos do deputado federal “neófito” no parlamento, membro de um partido periférico, mas com qualificados lugares de expressão garantidos pelo acesso ao centro da política nacional, pelo posicionamento na luta entre facções estaduais e pela biografia pessoal. Desse modo, o repertório de “causas esquerdistas” encontra condições de voz por meio de lógicas tidas como “tradicionais”.

Embora privilegiando outras arenas de disputas que se constituem em torno de “causas culturais” (que não estão ausentes para os demais), José Fogaça e Joaquim Haickel utilizam objetos de disputas próprios aos “produtores de bens culturais” para constituir sinais diacríticos regionais como “causas políticas”. De diferentes formas, a partir de diversos lugares e com variados recursos, ambos procuram fixar sua associação com “gerações” de poetas ou músicos do Rio Grande do Sul e do Maranhão, respectivamente, o que lhes permite constituírem-se como porta-vozes e intérpretes do que é “genuíno” e “autêntico” nessas “regiões” ou “culturas”. Símbolos sobrevalorizados como produtos políticos,

na medida em que são pensados e mobilizados como instrumentos de afirmação da “cultura popular”, geralmente concebida como “manifestação” preterida e em oposição àquelas fornecidas ora pela “indústria cultural” ou de “massa” ora pelos intelectuais estabelecidos de “gerações” anteriores (com os quais firmam relações sempre ambivalentes).

Seguindo o mesmo raciocínio, outro aspecto a ser destacado é o papel central que os casos analisados desempenharam em empreendimentos com vistas à formulação de ofertas de interpretações sobre a “política” e a “cultura”. Lançando mão dos capitais herdados e adquiridos, de recursos familiares ou individuais, os agentes constituíram redes de militantes e/ou de ativistas culturais, cristalizadas (principalmente nos “momentos heróicos”) em lugares privilegiados de sociabilidades, de constituição de vínculos e de alianças, de construção de “causas” legítimas e de tomadas de posição públicas. São exemplos disso: o jornal Informação e o Centro de Filosofia e Política para Tarso Genro (junto com seu irmão, Adelmo Genro Filho, e seu primo, Daniel Herz); as revistas jurídicas para Flávio Dino; os festivais nativistas para José Fogaça; e as publicações literárias para Joaquim Haickel.

Todos os elementos acima mencionados contribuem para o uso retrospectivo da categoria “geração”, acionada como estratégia geral de consagração de si mediante a exaltação de um pertencimento geracional sempre construído com base num sentido de excepcionalidade atribuído aos eventos e aos personagens (“contemporâneos”). Mais particularmente, o uso da idéia de “geração”, nos casos investigados, emerge como pretexto (não necessariamente de modo manifesto, racionalizado ou cínico) para a demarcação de um espaço, e nele de uma posição, de mediador inter e intrageracional. A possibilidade da mediação entre diferentes “gerações” é revelada na recorrência com que procuram explicitar os elos de proximidade (não raro mesmo de parentesco) com aquelas “personalidades” ou lideranças estabelecidas. Paradoxalmente, tal “proximidade” acaba se impondo como a própria condição de superação do “antigo” e de afirmação do “novo”. Logo, como possibilidade de reconhecimento dos seus mediadores como porta-vozes autorizados da “novidade”. Sendo que essa “novidade” é fundamentada na utilização dos laços e dos saberes construídos a partir da inscrição em domínios políticos e intelectuais simultânea e indissociavelmente.

Desta forma, por fim, é importante ressaltar como os registros intelectuais e políticos acionados segundo lógicas sempre múltiplas e interpenetradas apresentam alguma correspondência com as posições ocupadas ao longo das carreiras políticas. Os móveis de articulação e interpelação ativados se modificam com os deslocamentos na hierarquia do espaço político, assim como os veículos utilizados para as tomadas de posição no espaço público são mais sofisticados do ponto de vista dos critérios de excelência políticos e intelectuais. Como se observa, a afirmação política e a afirmação intelectual se complementam e funcionam como mecanismos de uma mesma dimensão da vida social. A escalada política é garantia de inserção em espaços mais qualificados e mais valorizados (como revistas e jornais), inclusive do ponto de vista universitário (como mostram os casos de Tarso Genro e Flávio Dino), permitindo um constante acréscimo de trunfos provenientes dos amálgamas entre diferentes domínios. Assim, o reconhecimento adquirido no âmbito intelectual reforça a condição de porta-voz de segmentos “desfavorecidos” e situados em posições “desvalorizadas” do espaço social (como os “trabalhadores”, os “usuários da justiça”, as “vítimas do trabalho escravo”, os “produtores da cultura popular”, os “artistas da região”...).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANJOS, José Carlos dos. *Intelectuais, Literatura e Poder em Cabo Verde*. UFRGS, PPGAS, Tese de Doutorado, 1998.

BAILEY, F.G. *Les Règles du Jeu Politique*. Paris: PUF, 1971.

BARROS FILHO, José. *A Tradição Engajada: origens sociais, redes e recursos eleitorais no percurso de um agente*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências Humanas, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996a.

_____. *As Regras da Arte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b.

_____. *A representação política. Elementos para uma teoria do campo político*. In: BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

_____. *Homo Academicus*. Paris: Minuit, 1984.

BRIQUET, Jean-Louis. Communiquer en actes. Prescriptions de rôle et exercice quotidien du métier politique. *Politix*, V. 7, n.º. 28, 1994, p. 16 – 26.

CHARLE, Christophe. *Naissance des ‘intellectuels’ (1880-1900)*. Paris: Minuit, 1990.

COLLOVALD, Annie. De la défense des pauvres nécessiteux à l’humanitaire expert. Reconversion et métamorphoses d’une cause politique. *Politix*, n.º 56, 2001, p. 135 – 161.

_____. La République du militant. Recrutement et filières de la carrière politique des députés socialistes, 1981. In: BIRNBAUM, P. (Dir.) *Les élites socialistes au pouvoir*. Paris: PUF, 1985.

CORADINI, Odaci L. A formação e a inserção profissional dos professores de ciências humanas e sociais no Rio Grande do Sul. In: ALMEIDA, Ana M^a. F. et. al. *Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

_____. *Elites Culturais e Concepções de Política no Rio Grande do Sul entre as décadas de vinte e sessenta*. Porto Alegre. Relatório de Pesquisa para o CNPq. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.

_____. Escolarização, militância e mecanismos de ‘participação’ política. In: HEREDIA, Beatriz et al. (Orgs.). *Como se fazem eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, 2002, p. 103-153.

_____. *Expansão e Internacionalização do Ensino Universitário e Mediação Cultural dos Professores de Ciências Humanas e Sociais* (versão resumida). Relatório de Pesquisa, 2003.

CORREA, Rossini. Joaquim Haickel: a ponte. In: HAICKEL, Joaquim. *A Ponte*. São Paulo: Global, 1991.

DULONG, Delphine. Quand l’économie devient politique. La conversion de la compétence économique en compétence politique sous la V République. *POLITIX*, n.º. 35, 1996, p. 109-130.

FILLIEULE, Olivier. *Le désengagement militant*. Paris: Éditions Belin, 2005.

FOGAÇA, José. O Filho do Farmacêutico. *Zero Hora*. Reportagem Especial (Depoimento), Porto Alegre, 24/10/2004, p. 4.

GAÏTI, Brigitte. La Science dans la mêlée: usages croisés des discours savants et militants. In: HAMMAN, P.; MÉON, J.-M. & VERRIER, B.

Discours savants, discours militants: mélange des genres. Paris: L'Harmattan, 2002.

GARRAUD, Philippe. Le Métier d' élu local: les contraintes d'un rôle. In: FONTAINE, J.; LE BART, C. *Le métier d' élu local*. Paris: Harmattan, 1993.

GAXIE, Daniel. Économie des Partis et Rétributions du Militantisme. In: *Revue Française de Science Politique*, vol. 27, n.º. 2, fev. 1977, p. 123-154.

_____. *La démocratie représentative*. Paris: Montchrestien, 1993.

_____. Rétributions du militantisme et paradoxes de l'action collective. *Swiss Political Science Review*, 11 (1), 2005, p. 157-188.

_____ & OFFERLÉ, Michel. "Les militants syndicaux et associatifs au pouvoir? Capital social collectif et carrière politique". In: BIRNBAUM, P. (Dir.). *Les élites socialistes au pouvoir*. Paris: PUF, 1985.

GENRO, Adelmo. *Um tal Mathias Capador*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1983.

GENRO, Tarso. O Candidato por ele mesmo. *Zero Hora*, Jornal da Eleição (Depoimento dado a Moisés Mendes), Porto Alegre, 11/09/2002, p. 4-5.

GRILL, Igor G. Bases Sociais e Intérpretes da Tradição Trabalhista no Rio Grande do Sul. *Dados*. V.48, n.º. 3, 2005, p. 525-556.

_____. *Heranças Políticas no Rio Grande do Sul*. São Luís: EDUFMA, 2008a.

_____. Heranças Políticas no Rio Grande do Sul e no Maranhão. *Ciências Humanas em Revista*. V. 5, n.º. 2, 2007, p. 9-37.

_____. Processos, condicionantes e bases sociais da especialização política no Rio Grande do Sul e no Maranhão. *Revista de Sociologia e Política*, n.º 30, 2008b, p. 65-87.

<http://www.gramadosite.com.br>, acesso em 14/02/2008.

<http://www.joaquimhaickel.globolog.com.br>, acesso em 04/02/2008.

<http://www.portoalegre.rs.gov.br>, acesso em 12/01/2008.

JACKS, Nilda. "Mídia Nativa: indústria cultural e cultural regional. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Antropologia Social – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1987.

LAGROYE, Jacques. Être du Métier. *Politix*, n.º. 28, 1994, p. 5-15.

_____. Le processus de politisation. In: LAGROYE, J. (Org.). *La Politisation*. Paris: Belin, 2002.

LANDÉ, C. H. “Introduction: the dyadic basis of clientelism”. In: SCHMIDT, S. W. et al. (Eds.). *Friends, Followers and Factions. A Reader in political clientelism*. Berkeley: University of California Press, 1977.

LE BART, Christian. L’écriture comme modalité d’exercice du métier politique. Notes de recherche. In: *Revue Française de Science Politique*, vol. 48, fév. 1998, p. 76 – 96.

LIMA, Félix Alberto. *Almanaque Guarnicê: 20 anos*. São Luís: Clara Editores e Edições Guarnicê, 2003.

MATONTI, Frédérique & POUPEAU, Franck. O capital militante. Uma tentativa de definição”. *Plural*, n.º. 13, 2º semestre 2006, p. 127 –133.

OFFERLÉ, Michel. Entrées en politique (Présentation). *Politix* n.º 35, 1996, p. 3-5.

_____. *Les Partis Politiques*. Paris: PUF, 1997.

_____. Professions et Profession Politique. In: OFFERLÉ, Michel (Org.). *La Profession Politique*. Paris: Belin, 1999.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

QUEM É QUEM NAS LETRAS SUL RIO-GRANDENSES. CORREIO DO POVO. Caderno de Sábado. 10/01/1981, p. 5.

RAVENEL, Bernard. L’irrésistible crise du militantisme politique classique. *Mouvements*, n.º 3, mars-avril, 1999, p. 19 – 27.

REIS, Eliana T. dos. A arte da intervenção política: origens sociais, carreiras e destinos de militantes que “lutaram contra a ditadura” no Rio Grande do Sul”. In: CORADINI, O. L. (Org.). *Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes*. Porto Alegre: UFRGS, 2008a.

_____. *Contestação, Engajamento e Militantismo: da ‘luta contra a ditadura’ à diversificação das modalidades de intervenção política no Rio Grande do Sul*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

_____. *Juventude, Intelectualidade e Política: espaços de atuação e repertórios de mobilização no MDB gaúcho dos anos 70*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

_____. Recursos, Repertórios e Modalidades de Intervenção Política no Maranhão. *Projeto de Pesquisa*. Universidade Federal do Maranhão, 2008b.

_____. Repertórios de mobilização da 'juventude de esquerda' do MDB gaúcho nos anos 70. *Cadernos de Ciência Política: série teses e dissertações*, Porto Alegre, v. 07, 2002, p. 27-54.

SAINT MARTIN, Monique de. À propos d'une rencontre entre chercheurs: science sociales et politique au Brésil. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. n.º 71-72, 1988, p. 129-134.

SIGAL, Silvia. Introducción: Intelectuales, cultura y política. In.: SIGAL, Silvia. *Intelectuales y poder em Argentina. La década del sesenta*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno de Argentina Editores, 2002, p. 1-17.

SIMÉANT, Johanna. Fiches, hybrides et contrebandes: sur la circulation et la puissance militantes des discours savants. In: HAMMAN, P.; MÉON, J.-M. & VERRIER, B. *Discours savants, discours militants: mélange des genres*. Paris: L'Harmattan, 2002.

VERRIER, Benoît. Expert, idéologue, militant: la production d'une ressource socialiste (1964-1969). In: HAMMAN, P.; MÉON, J.-M. & VERRIER, B. *Discours savants, discours militants: mélange des genres*. Paris: L'Harmattan, 2002.

_____. Les Transformations d'une marque politique. Du CERES au MDC. In: COHEN, A.; LACROIX, B.; RIUTORT, P. *Les Formes de l'activité politique*. Paris: PUF, 2006.